

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR CRÍTICO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Gidalva Santos Santana¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo suscitar reflexões e apresentar possibilidades de práticas docentes positivas na abordagem étnico-racial nas atividades pedagógicas em um Centro de Educação Infantil (CEI) da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo que atende crianças de zero a 3 anos de idade. É fundamental a formação contínua dos educadores no tocante ao currículo afro-brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: infância; diversidade; currículo crítico.

INTRODUÇÃO

A proposta aqui apresentada teve por objetivo suscitar reflexões e apresentar possibilidades de práticas docentes positivas e afirmativas na abordagem étnico-racial nas práticas pedagógicas em um Centro de Educação Infantil (CEI) da Rede Municipal da cidade de São Paulo, que atende crianças de zero a 3 anos de idade.

É consenso na bibliografia sobre educação e aprendizagem que a escola é, fundamentalmente, um importante espaço de socialização da criança (BRASIL, 1994; BRASIL, 2013) cabendo então junto com as famílias o papel de revelar o mundo, bem como a sua formação social.

Persiste ainda hoje na sociedade brasileira o chamado “mito da democracia racial” que, diferente do que os muitos estudos críticos apontam desde os anos 1960 e em contraponto com uma tendência mundial onde o racismo é explícito, declarado e marcado por segregações, faz com que o povo brasileiro tenha orgulho de se autointitular antirracista (SILVÉRIO 2003; SILVA, 2013), enquanto na realidade diariamente temos exemplos dos mais diversos tipos de racismo, preconceito e discriminação.

¹Supervisora Escolar na Prefeitura Municipal de São Paulo, graduada em Letras e Pedagogia, especialização em Educação e Neurociência. Profissional da educação há 24 anos, atuou como professora de educação infantil, fundamental I, II e médio foi diretora escolar na Rede Municipal de Ensino por 8 anos. Estuda culturas infantis e as relações étnico-raciais na educação. e-mail: gisantana10@gmail.com

Ao se tratar de políticas curriculares de reconhecimento, ao instituir a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, o Brasil reconhece legalmente que a história indígena e a história e culturas africanas e afro-brasileira é, sobretudo, nossa própria história, o que é legitimado ao tornar-se, por meio da referida lei, obrigatório que sejam abordadas nas escolas de Educação Básica.

Essa legislação tenta dar conta de uma demanda histórica na qual o modelo eurocêntrico serviu de parâmetro para nortear a educação no Brasil, desta maneira renegando as contribuições culturais dos povos indígenas e africanos. Neste artigo, o foco são as reflexões e os estudos sobre a cultura africana.

(...) Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (...) (MUNANGA *in* MEC 2005 p.17).

Embora as determinações legais sejam um grande avanço no Brasil, no que diz respeito a políticas de reconhecimento, não basta que sejam intuídas as leis para que o preconceito e toda negação envolvida nessa universalização da cultura eurocêntrica seja superada, conferindo, portanto, a escola uma responsabilidade política e social na mudança desse cenário.

A referida lei suscita reflexão e diálogo entre os atores da escola e abre espaço para que seja questionada a invisibilidade com que negros e indígenas têm sido tratados, mostrando a crueldade do racismo que permeia as relações escolares.

Para tanto, é necessário identificar práticas pedagógicas atuais, o olhar que os educadores possuem e a compreensão que tem do contexto histórico e da importância de se trabalhar as questões étnico-raciais na escola desde a infância.

Por essa razão, as investigações a respeito das culturas escolares são de grande relevância para se compreender quais valores e noções de mundo são vivenciadas no contexto escolar e, sobretudo, como se elaboram as relações entre sujeitos e aprendizagem no espaço pedagógico.

Ao vivenciar e observar a rotina escolar, suas publicações de orientação e a legislação vigente, foi possível notar que há poucas publicações que garantam a implementação de políticas públicas relacionadas às relações étnico-raciais. Supõe-se que haja lacunas na formação dos professores, no tocante às questões históricas de constituição

de sujeito, identidade do povo brasileiro miscigenado (que vive em um ambiente hostil, repleto de preconceito e discriminações), o que se reflete, enquanto realidade social, na forma como as relações escolares são estabelecidas desde a educação infantil.

Analisados os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana² do CEI Curuçá Velha, na Diretoria Regional de São Miguel, unidade onde atuei como diretora por sete anos, pode-se perceber que os resultados vinham sempre verdes³, sinalizando que havia uma prática satisfatória neste aspecto do Currículo, no entanto, não havia nenhum trabalho sistematizado na unidade e nem práticas que pudessem ser consideradas como promotoras das diversidades étnico-raciais.

Através da teoria e da prática vimos que o encontro de culturas é um desafio para a escola e seus professores, mas, sobretudo para a sociedade que precisa querer se reeducar. E se entendermos que é pelos bebês e crianças bem pequenas que começam os investimentos em uma nova sociedade, como preconizam os documentos nacionais de políticas públicas para a educação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, é necessário tratarmos dessas questões desde a educação da primeira infância.

Nesta etapa da educação básica, as crianças ainda são muito pequenas, portanto darão seus primeiros passos, pronunciarão suas primeiras palavras e experimentarão as primeiras brincadeiras. Nessa fase em que muitas coisas ocorrem pela primeira vez, o preconceito ao outro também é criado e é neste lugar que iremos começar a propor uma educação que prime pelo respeito, equidade, percepção das diferenças, tolerância e aceitação de todos.

²Este instrumento foi construído pela Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de auxiliar as equipes que atuam na educação infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que tenham um potencial transformador.

³Caso o grupo avalie que essas ações, atitudes ou situações existem e já estão consolidadas na instituição, deverá atribuir a elas a cor verde, indicando que o processo de melhoria já está num bom caminho. Se, na instituição, essas atitudes, práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não estão consolidadas, o grupo lhes atribuirá a cor amarela, o que indica que elas merecem cuidado e atenção. Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações não existem na instituição, atribuirá a elas a cor vermelha. A situação é grave e merece providências imediatas.

PERCURSO DE FORMAÇÃO E REFLEXÕES

Considerada a relevância da temática e a demanda da unidade, a partir da observação da ausência de práticas que favoreciam as relações étnico-raciais na educação infantil, embora não ficasse evidente nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista, pois os mesmos eram sinalizados na cor verde, havia então uma clara falta de consciência da necessidade do trabalho. O tema foi levado pela equipe gestora ao grupo de professores primeiramente.

Após discussões, justificativas, apresentações de outros temas, o grupo resolveu aceitar o desafio e aprofundar os estudos no Projeto Especial de Ação (PEA)⁴. Iniciamos com uma autodeclaração de todos os adultos da Unidade de cor e raça seguindo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE 2018), onde constam cinco opções: branca, parda, preta, amarela ou indígena. Neste momento, já evidenciamos que embora houvesse negros, o resultado não era condizente com o constatado nas autodeclarações.

Durante o horário de PEA foram discutidas teorias, autores e realizados planejamento de atividades significativas para realização com os bebês e crianças. Foram selecionados livros de literatura infantil, músicas, brincadeiras que tivessem origem no continente africano.

Para tanto, não bastava simplesmente fazer um acervo de atividades que primassem pela diversidade, era preciso repensar falas, atitudes, escolhas, posturas e culturas, foi necessário perceber como se dão as relações escolares entre professores e crianças negras e brancas na educação infantil.

As discussões da importância de um trabalho que contemple as questões étnico-raciais foram presentes em todos os espaços escolares, a percepção de como se concretizavam as ações ficaram evidenciadas nas produções dos bebês e crianças. Os diversos espaços da unidade tornaram-se espaços de formações e reflexões envolvendo todos os segmentos da unidade.

⁴O PEA, de acordo com a Portaria Municipal nº 901 de 24 de janeiro de 2014, é um instrumento de trabalho que expressa as prioridades estabelecidas no programa de reorganização curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Unidade Educacional, voltadas essencialmente às necessidades das crianças, jovens e adultos, em que se define as ações a serem desencadeadas, as responsabilidades na sua execução e avaliação, visando ao aperfeiçoamento das práticas educativas e consequentemente melhoria da qualidade da educação.

Sentimos a necessidade de aproximar os pesquisadores acadêmicos acerca da temática estudada pelos profissionais do CEI e propusemos reuniões pedagógicas com a presença de formadores externos, para que dialogassem e pudessem qualificar as reflexões junto ao grupo.

No mês de março recebemos a presença de uma historiadora doutoranda pela PUC, pesquisadora das questões negras em Guaianases. A pesquisadora trouxe grande contribuição para o grupo, contextualizou a situação do negro no Brasil atual e o percurso do racismo e do preconceito. Ela fez uma conversa com o grupo, trouxe em sua palestra dinâmicas que suscitaram reflexões e muitas inquietações.

Além disso, a equipe gestora participou de formações externas com um grupo de estudo intitulado Coletivo LesteNegra, neste grupo há profissionais de vários segmentos, liderado por um professor de história, há membros de ONG, pesquisadores e estudiosos das questões étnico-raciais no Brasil e no mundo. Esse grupo organizava reuniões mensais no período noturno em uma associação no bairro de São Miguel Paulista.

Essas formações externas subsidiaram ricamente as discussões e o planejamento no CEI para buscar uma vertente pedagógica para aplicação de práticas que fossem promotoras de igualdade racial.

No segundo semestre, recebemos também um historiador do Museu Afro-brasileiro, em uma Reunião Pedagógica. A abordagem foi acerca do continente africano, sobre o processo de escravização no Brasil. Realizadas discussões conceituais sobre escravização, abolição, racismo, preconceito, utilizando muitas exemplificações através da arte.

A leitura e os estudos das teorias políticas sobre relações étnico-raciais na escola e na sociedade possibilita a nós caminhos para construir um raciocínio analítico, a fim de que se possa melhor compreender as concepções e relações determinantes nessa estrutura social.

Dentre os autores estudados destacamos Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Kabengele Munanga, Anibal Quijano, Eliane Cavalleiro e Paulo Freire, que apesar de não tratar especificamente de relações étnico-raciais é referência em educação para relações equânimes e transformação social.

As estratégias de formação aplicada aos adultos da comunidade escolar, pois além dos professores, Auxiliares Técnicos de Educação (ATEs), agente de apoio, equipe gestora, os familiares, esses participaram de reflexões nas reuniões de pais, na participação ativa do registro das atividades, com depoimentos e na participação da Mostra Cultural.

Com a consciência de todos que os estudos e as indagações eram imprescindíveis para o Currículo da Unidade, de maneira concomitante foram surgindo demandas pedagógicas, era o momento de pensar como os estudos iriam refletir nas práticas pedagógicas e nas ações que permeiam todas as relações da unidade.

CONCRETIZAÇÃO DA PRÁTICA

Munidos de boa vontade e dispostos a revisitar suas práticas, os professores planejaram contextos educativos com bonecas negras para os bebês e as crianças.

A proposta inicial foi oferecer todas as bonecas negras e observar o comportamento das crianças, registrar e, posteriormente, discutir, no coletivo, possibilidades de intervenções. Deparamos-nos com um depoimento chocante no momento de formação continuada no PEA. Uma professora ao descrever a sua experiência, relatou que uma criança de Mini Grupo I, de 3 anos de idade, se recusou a segurar a boneca porque esta era negra. Esse relato possibilitou inúmeras reflexões, a principal, constatar como crianças tão pequenas reproduzem a cultura racista nas quais estão inseridas socialmente. O grupo se propôs pensar de maneira coletiva, quais indagações poderiam ser feitas a essas crianças, quais intervenções positivas esse educador da infância poderia fazer, quais estratégias seriam utilizadas para mediar essas ações.

A leitura de livros com personagens de protagonistas negros passaram a ser intencionalmente incluídos nas leituras semanais. A partir da oferta almejávamos ampliar o repertório de todas as crianças. Semanalmente, o grupo retornava para o PEA, com depoimentos, relato de práticas que fortaleciam os planejamentos e ampliavam o repertório de intervenções positivas e afirmativas.

Certo dia, uma criança, durante a participação de um projeto intitulado leitura simultânea, em que em um cartaz ilustrado com a capa do livro, as crianças escolhiam a leitura que queriam participar. Ao olhar uma capa de um livro que trazia o desenho de uma criança negra, uma criança diz para a professora: “*aquele livro ali do monstro!*”. Neste instante, mais reflexões surgiram: que estereótipo de monstro, bem ou mal, a escola reforça no imaginário infantil?

Foram selecionadas brincadeiras africanas a partir de coletâneas e pesquisas. Para as brincadeiras, mantivemos os nomes originais africanos. As crianças participaram dos jogos

e brincadeiras com alegria, desde o berçário até o Mini grupo II⁵. As músicas escolhidas traziam instrumentos africanos na sua execução. Ritmos fortes, toque de tambores que empolgavam adultos e crianças.

Para vivência das crianças, trouxemos um professor de capoeira que ensinou para as crianças movimentos, contou história e apresentou-se para elas, envolvendo outros adultos da unidade fazendo deste momento de aprendizados uma grande brincadeira para toda comunidade educativa.

As bonecas negras se constituíram em um brinquedo potente utilizado nas ações afirmativas de forma sistematizada na rotina, de modo que as professoras passaram a utilizá-las com frequência.

O grupo iniciou uma discussão de como aproximar as famílias às práticas e às reflexões que estavam acontecendo no CEI. Para tanto, surgiu o projeto Vem Brincar Comigo. Para a realização da proposta, foi confeccionado um casal de bonecas e bonecos negros para cada sala. Participaram desta confecção os professores, agentes escolares, ATEs e gestores. O processo de produção aconteceu durante alguns encontros do PEA e durante a reunião pedagógica.

Ao retomar as aulas, no segundo semestre, na reunião de pais, foi realizada palestra, debate, dinâmica e oficina sobre o tema das relações étnico-raciais na escola e na sociedade e a importância de discutir e realizar uma proposta de rotina que contemple a diversidade étnico-racial.

Os pais foram informados da dinâmica do Projeto Vem Brincar Comigo, na qual as crianças levariam todas as sextas-feiras os bonecos para casa para participar da rotina do final de semana. Os pais junto com as crianças faziam um registro desta experiência através de fotos, desenhos e/ou escrito.

Os educadores da unidade se empenharam para que todos os ambientes da unidade transmitissem a diversidade. Foi feita pintura artística do muro externo, em que havia crianças em diferentes brincadeiras, brancas e negras em seus vários tons de pele. A representação da criança cadeirante também se fez presente nos muros.

Todas as placas e cartazes que compunham o ambiente do CEI contemplaram imagem de crianças brancas e negras.

Revisitamos o Projeto Político-Pedagógico (PPP) pensando nas relações étnico-raciais voltadas essencialmente às necessidades dos bebês e crianças, definindo as ações a

⁵ Instrução Normativa nº 16, de 25 de setembro de 2018.

serem desencadeadas, as responsabilidades na sua execução e avaliação, visando ao aprimoramento das práticas educativas e consequentemente melhoria da qualidade social da educação.

Como produto final, foi realizada uma Mostra Cultural para que houvesse exposição dos trabalhos desenvolvidos durante o ano, socialização entre a comunidade escolar e as unidades do entorno.

Para organização da Mostra pensando em uma concepção de currículo integrador, houve a apresentação do grupo “Negra Raiz”, de alunos da EMEF do entorno com dança afro. Esteve presente também um grupo de Capoeira que se apresentou e conversou sobre a história da origem da capoeira. O público foi convidado a participar de alguns exercícios.

Tivemos pintura facial com alunas estudantes de curso de pedagogia e contação de história africanas por uma ATE da unidade.

Oficina de turbante e penteados foi ministrada por três professoras da unidade, bem como a confecção da **boneca abayomi** foi ministrada por duas professoras da unidade ao longo do dia.

Houve exposição dos registros feitos pelas famílias sobre o Projeto Vem Brincar Comigo e a participação dos alunos de outra EMEF, também do mesmo território, com a Imprensa jovem fazendo a cobertura do evento com vídeos, fotos e entrevistas.

Após a Mostra Cultural ainda foi possível compartilhar as práticas participando em Mostra Cultural de outras unidades com as oficinas de turbante.

As bonecas e bonecos foram expostos no seminário Regional da DRE São Miguel no CEU da região e também no Fórum de Educação Infantil Regional. O Projeto Vem Brincar Comigo, das bonecas e bonecos negros, foi divulgado no portal da Secretaria Municipal de Educação.

CONCLUSÃO

Pôde-se concluir que o movimento criado na Unidade para promover estudos e práticas para a educação étnico-racial possibilitou a aquisição de conhecimentos sobre a temática, mudanças de atitudes e valores nas crianças e adultos. Observou-se que, por parte dos adultos educadores, houve mudanças nas falas, vocabulários, preconceitos, atitudes no cuidado com a criança, questões relativas ao respeito, a maneira de ser das crianças, às

vestimentas, compreendendo diferenças de texturas de cabelos, bem como o conceito de arrumado.

Além disso, cada educador participou de um processo crítico reflexivo de autoconhecimento, com consciência de sua condição cultural e histórica. Educadores brancos reconheceram sua condição de privilégio, educadores negros reconheceram sua negritude de maneira positiva e afirmativa, pois houve a compreensão por todos de que “a história contada”, na perspectiva eurocêntrica, tinha a intenção de excluir os negros e apagar a história africana.

Por parte das famílias, pode ser evidenciado que houve envolvimento com a proposta de maneira satisfatória, houve um pertencimento e apoio ao combate da discriminação e do preconceito com as questões étnico-raciais, contribuição para além dos muros da escola, com mudanças de atitudes, como agentes multiplicadores nos lares e na comunidade, compreendendo assim a importância da temática e das ações realizadas.

Com relação às crianças pode-se observar que se apropriaram de um repertório africano que contou com literatura, culinárias, músicas, brincadeiras e histórias. As crianças aprenderam brincando a compreender a diversidade étnico-racial, a respeitar o ser humano em suas diferenças.

Pode-se dizer que práticas inovadoras como as aqui apresentadas devem permanecer no cotidiano da escola por tempo indeterminado até que se efetive o combate a toda forma de racismo, preconceito e discriminação existentes.

É desafiador trabalhar a temática do racismo e da discriminação no espaço escolar, seja pelo despreparo dos educadores, a resistência em chegar ao tema, já que nossa sociedade não assume o racismo existente que permeia as relações. Em qualquer etapa da educação, faz-se necessário romper paradigmas e investir em conhecimento que contribua para o desenvolvimento humano.

As propostas aqui apresentadas foram com crianças bem pequenas, visto que se trata de um Centro de Educação Infantil, porém é preciso destacar a importância das relações étnico-raciais estarem presentes no Currículo de uma forma efetiva, em todas as etapas da educação. Bebês, crianças, jovens e adultos podem se beneficiar de uma educação pautada no respeito e na ética, que não aceitem comportamentos preconceituosos.

Não podemos desconsiderar que um educador muitas vezes apenas reproduz, sem reflexões, palavras, gestos e atitudes que reafirmam preconceitos hierarquizando educandos de acordo com o tom da pele. É imprescindível ampliar as formações de

educadores preparados e conscientes de seu papel como agente transformador de uma sociedade equânime, que prime pela igualdade de oportunidades destes sujeitos, atue como mediador para a ruptura deste currículo eurocêntrico.

Neste sentido, é fundamental a formação contínua dos educadores e divulgação de práticas pedagógicas bem sucedidas que possibilitem a implementação do currículo afro-brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição 1988*: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, Julho, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação, Lei nº 11.645, em 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, Março, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

_____. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso 10 jun. 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, P. (1997). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 4ª ed. (1ª edição: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1997). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1998). *Pedagogia do Oprimido*. 25ª ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro*. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais*: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 1999. p. 143.

GOMES, Nilma Lino. *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje*: História, Realidades, Problemas e Caminhos. São Paulo, Global, 2004.

Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana - SME - 2016.

MOURA, Glória. *O Direito à Diferença*. In. *Superando o Racismo na escola*. 2º edição revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). *Alfabetização e diversidade*. Brasília: MEC/SEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. *Negritude: Usos e Sentidos*. 2a ed. São Paulo, Ática, 1986. _____. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *O papel das Ações Afirmativas em contextos racializados*: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, Fundação Anísio Teixeira, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; GOMES, Nilma Lino. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 2003.